

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o Princípio da Competência, as receitas consideram-se realizadas, **EXCETO** quando:

- a) No recebimento efetivo de doações e subvenções.
- b) Deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
- c) Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
- d) Na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
- e) Nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestados.

22. As informações quantitativas que a contabilidade produz, quando aplicada a uma entidade, devem possibilitar ao usuário avaliar a situação e as tendências desta, com o menor grau de dificuldade possível. Devem, pois, permitir ao usuário, como partícipe do mundo econômico:

- I- Observar e avaliar o comportamento.
- II- Comparar seus resultados com os de outros períodos ou entidades.
- III- Avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos.
- IV- Projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere.

Com relação às informações geradas pela contabilidade, estão corretas:

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV

23. Em relação às companhias e seu capital social, de acordo com a Lei 6.404/76, considere os seguintes itens:

- I- Consideram-se ações em circulação no mercado todas as ações do capital da companhia aberta.
- II- O estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional, que será corrigido semestralmente.
- III- O capital social somente poderá ser modificado com observância dos preceitos da Lei 6.404/76 e do estatuto social.

IV- O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Com base nos itens acima, está(ão) correto(s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas I, III e IV.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas III e IV.

24. A constituição da companhia depende do cumprimento dos seguintes requisitos preliminares:

I- Subscrição, por pelo menos 3 (três) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.

II- Realização, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

III- Depósito, no Banco do Brasil S/A ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro.

IV- O disposto no número II não se aplica às companhias para as quais a lei exige realização inicial de parte maior do capital social.

Avalie os itens acima e marque a opção com os itens corretos:

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) Apenas II e IV.

25. Considere os seguintes dados:

Reserva Legal (Saldo em 31/12/2007): R\$ 6.100,00

Capital Social: R\$ 31.000,00

Lucro Líquido (Exercício de 2008): R\$ 18.000,00

Com base nos dados acima, o valor a ser destinado à Reserva Legal em 31/12/2008 será de:

- a) R\$ 800,00
- b) R\$ 900,00
- c) R\$ 1.100,00
- d) R\$ 6.200,00
- e) R\$ 7.000,00

26. Segundo a Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, marque a alternativa que **NÃO** indica Reserva de Lucro:

- a) Reserva de Incentivos Fiscais.
- b) Reserva de Retenção de Lucros.
- c) Reserva de Alienação de Partes Beneficiárias.
- d) Reserva de Lucros a Realizar.
- e) Reserva Especial.

27. Considere os seguintes dados:

Receitas de Vendas	R\$ 16.000,00
Receitas de Aluguéis	R\$ 2.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 4.500,00
Despesas Comerciais	R\$ 850,00
Despesas Financeiras	R\$ 1.050,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 4.150,00
ICMS	R\$ 750,00

Com base nos dados acima, marque a alternativa que indica, respectivamente, a receita líquida, o resultado operacional bruto e o resultado operacional líquido:

- a) R\$ 15.250,00 / R\$ 11.100,00 / R\$ 6.700,00
- b) R\$ 15.250,00 / R\$ 13.100,00 / R\$ 6.700,00
- c) R\$ 16.000,00 / R\$ 15.250,00 / R\$ 11.100,00
- d) R\$ 18.000,00 / R\$ 17.250,00 / R\$ 13.100,00
- e) R\$ 18.000,00 / R\$ 13.100,00 / R\$ 6.700,00

28. Com relação à depreciação, avalie as alternativas abaixo e marque a opção **INCORRETA**:

- a) A base de cálculo da depreciação de um bem corresponde ao custo de aquisição, incluindo os gastos necessários à colocação do bem em funcionamento.
- b) O valor contábil de um bem depreciado corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a depreciação acumulada.
- c) O valor residual de um bem depreciado corresponde ao valor da provável realização do bem, após totalmente depreciado.
- d) Não são depreciados os bens móveis ou imóveis que não estejam intrinsecamente relacionados à produção ou comercialização de bens e serviços.
- e) A depreciação de um bem é contada em função da data de aquisição do bem.

29. Considere os seguintes dados:

Capital Social Subscrito Realizado:	R\$ 100.000,00
Capital Social Subscrito Não Realizado:	R\$ 30.000,00
Reservas de Capital:	R\$ 20.000,00
Prejuízos Acumulados:	R\$ 4.000,00
Ações em Tesouraria:	R\$ 3.000,00

Com base nos dados acima, qual a Situação Líquida da empresa?

- a) R\$ 83.000,00
- b) R\$ 89.000,00

c) R\$ 113.000,00

d) R\$ 119.000,00

e) R\$ 143.000,00

30. Marque a opção **INCORRETA** no que se refere às Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) e do Valor Adicionado (DVA):

- a) A DFC é a demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar os fatos que modificaram o valor das disponibilidades em determinado exercício social.
- b) A DFC é obrigatória às sociedades por ações, no entanto, a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- c) Na elaboração da DFC, são evidenciados três fluxos: das atividades operacionais, de financiamentos e de investimentos.
- d) A DVA é a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.
- e) A DVA é obrigatória somente para as companhias abertas.

31. As fases da despesa são:

- a) previsão, liquidação e pagamento.
- b) empenho, liquidação e pagamento.
- c) fixação, empenho e pagamento.
- d) fixação, empenho e liquidação.
- e) arrecadação, empenho e liquidação.

32. De acordo com Kohama, nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão na(o):

- a) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Lei Orçamentária Anual.
- d) Plano Plurianual.
- e) Plano de Ação Governamental.

33. Com relação aos Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, considere as seguintes sentenças:

I- Necessitam de autorização legislativa que os fixe.

II- Necessitam de Decreto do Poder Executivo para sua abertura.

III- O ato que abrir Crédito Adicional indicará a importância e espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível, o que geralmente, por imposição legal, deve ser feito pelo menos a nível de elemento de despesa.

IV- Dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as sentenças estão corretas.
 - b) Somente I, II e III estão corretas.
 - c) Somente I está correta.
 - d) Somente I e II estão corretas.
 - e) Somente I e III estão corretas.
-

34. De acordo com o Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2000), as previsões de receitas:

I- Observarão as normas técnicas e legais.

II- Considerarão os efeitos da alteração na legislação.

III- Desconsiderarão a variação do índice de preços e do crescimento econômico.

IV- Serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos.

Está (ão) **INCORRETA (S)**:

- a) Apenas I, II e IV.
 - b) Apenas I e IV.
 - c) Apenas a III.
 - d) Apenas III e IV.
 - e) Apenas a IV.
-

35. A Lei 4.320/64 define para Receitas e Despesas Públicas o regime contábil:

- a) Misto, sendo o Regime de Caixa para as Receitas e de Competência para as Despesas.
 - b) Misto, sendo o Regime de Competência para as Receitas e de Caixa para as Despesas.
 - c) Competência para despesas e receitas.
 - d) Caixa para Receitas e Despesas.
 - e) Misto, sendo fixação de Receita e previsão de Despesas.
-

36. A principal finalidade de uma auditoria contábil é:

- a) Conferência física dos elementos do ativo.
 - b) Elaboração e avaliação dos registros contábeis.
 - c) Confirmação dos registros e demonstrações contábeis.
 - d) Elaboração de demonstrações contábeis.
 - e) Expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.
-

37. Os fatores determinantes de uma mecânica para estruturação das técnicas de auditoria são os seguintes, **EXCETO**:

- a) prova documental.
 - b) resultados esperados.
 - c) programas de auditoria.
 - d) metodologia da auditoria.
 - e) prova documental e metodologia da auditoria.
-

38. Representa um dos principais objetivos da auditoria interna:

- a) Dar um parecer sobre as demonstrações financeiras.
 - b) Verificar se as normas internas estão sendo seguidas.
 - c) Autorizar as despesas para pagamento.
 - d) Observar se os procedimentos contábeis são eficazes.
 - e) Investigar se as despesas estão sendo devidamente autorizadas.
-

39. São objetivos do planejamento de auditoria, **EXCETO**:

- a) Assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida.
 - b) Identificar a legislação aplicável à entidade.
 - c) Conhecer as atividades da entidade, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as demonstrações contábeis.
 - d) Identificar todos os problemas da entidade auditada.
 - e) Identificar os prazos para entrega de relatórios, pareceres e outros informes decorrentes do trabalho contratado com a entidade.
-

40. Representa uma das formas de o auditor externo obter informações sobre o sistema de controle interno da empresa auditada:

- a) Leitura de manuais internos de organização.
 - b) Fluxograma.
 - c) Memorandos narrativos.
 - d) Questionário de controle interno.
 - e) Fluxograma e organograma da empresa auditada.
-

41. A principal finalidade dos papéis de trabalho é:

- a) Levantar pontos construtivos para o relatório-comentário.
- b) Contribuir com a empresa na maximização de seus lucros.
- c) Fornecer dados para a empresa elaborar demonstrações financeiras.

- d) Contribuir com o auditor independente no preparo do relatório do conselho de administração e demonstrações contábeis.
- e) Registrar as evidências obtidas durante a execução do serviço de auditoria.
-

42. Se o Auditor independente concluir que determinada matéria, envolvendo incerteza relevante, não está adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis, seu parecer deve conter:

- a) Parágrafo de ênfase ou opinião adversa.
- b) Ressalva ou opinião adversa.
- c) Parágrafo de ênfase ou ressalva.
- d) Ressalva ou negativa de opinião.
- e) Ressalva, negativa de opinião e parágrafo de ênfase.
-

43. Para o exercício da profissão, o auditor deve ter acesso a todos os documentos, fatos e informações da empresa. Assim, o sigilo deve ser mantido em diversas situações,

EXCETO:

- a) Na relação entre os auditores e os órgãos fiscalizadores.
- b) Na relação entre o auditor e a entidade auditada.
- c) Na relação entre o auditor e a justiça.
- d) Na relação entre o auditor e demais terceiros.
- e) Na relação entre o auditor e os administradores da entidade auditada.
-

44. Durante a fase de testes de observância, um auditor constatou algumas imperfeições no ciclo de compras e foi necessário aumentar o nível de risco de detecção. Assim, pode-se afirmar que o auditor deve:

- a) Aumentar os testes de controle e diminuir os testes substantivos.
- b) Aumentar os testes de controle.
- c) Diminuir os testes de controle.
- d) Diminuir os testes substantivos.
- e) Aumentar os testes substantivos.
-

45. O risco de amostragem em auditoria nos testes de procedimentos de comprovação pode ser assim classificado:

- a) Superavaliação da confiabilidade e rejeição incorreta.
- b) Aceitação incorreta e superavaliação da confiabilidade.
- c) Rejeição incorreta e subavaliação da confiabilidade.
- d) Rejeição incorreta e aceitação incorreta.
- e) Rejeição correta e subavaliação da confiabilidade.
-

46. Entre os procedimentos e técnicas de Auditoria, tem-se o Exame-Físico que deve conter as seguintes características:

- a) Identificação, existência contábil, valor, existência física, amostragem.
- b) Existência física, existência contábil, valor, autenticidade, valor e quantidade.

c) Existência contábil, autenticidade, qualidade, quantidade, tamanho.

d) Identificação, existência física, autenticidade, quantidade e qualidade.

e) Existência contábil, valor, existência física, qualidade, avaliação.

47. A avaliação do sistema de Controle Interno compreende:

I- Determinar os erros ou irregularidades que podem acontecer.

II- Verificar se o sistema atual de controles é capaz de detectar, de imediato, os erros e irregularidades.

III- Determinar o percentual de acertos.

IV- Demonstrar a probabilidade de acertos.

V- Emitir relatório-comentário, propondo sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

Dentre as afirmações acima, marque a alternativa que contém a resposta correta:

- a) Apenas as afirmações III e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações I, II e V são verdadeiras.
- d) Todas as afirmações são verdadeiras.
- e) Todas as afirmações são falsas.
-

48. Quanto à instrumentalização do serviço, os papéis de trabalho (PT) são documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do sistema de controle interno. Neles, são registrados dados da unidade auditada ou do programa fiscalizado, as etapas preliminares, os trabalhos realizados e as conclusões alcançadas. Dessa forma, podemos afirmar que:

a) Os papéis de trabalho padronizados podem melhorar a eficácia dos trabalhos, e sua utilização facilita a delegação de tarefas, proporcionando meio adicional de controle de qualidade.

b) A extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional, sendo necessário documentar todas as questões de que o auditor trata.

c) A forma e o conteúdo dos papéis de trabalho são afetados exclusivamente pela natureza do trabalho, complexidade da atividade da entidade, condição dos sistemas contábeis e de controle interno da entidade e revisão do trabalho executado pela equipe técnica.

d) Devem ser arquivados pelo prazo de cinco anos, a contar da publicação do parecer.

e) Por serem de propriedade do auditor, podem ser cedidos ao auditor sucessor (no caso de troca de auditores independentes), desde que

autorizados pela auditada, ainda que informalmente.

49. Na área pública é possível classificar a auditoria em três etapas: fiscalizadora, de gestão e operacional. O objetivo da auditoria fiscalizadora é:

- a) Identificar e avaliar desvios relevantes nas transações e apontar os culpados pelos atos ilícitos ou procedimentos fora do padrão esperado.
 - b) Fiscalizar as transações sob a ótica da economicidade, eficiência e eficácia em relação às causas e efeitos das ações gerenciais.
 - c) Fiscalizar a adequação dos procedimentos ao modelo padrão, identificando as atividades divergentes que fujam às conformidades.
 - d) Certificar e efetivar a oportunidade dos controles internos e apontar soluções alternativas para a melhoria do desempenho.
 - e) Fiscalizar as transações sob a ótica financeira e patrimonial, bem como os registros dela decorrentes.
-

50. Existem os seguintes tipos de auditoria pública: Auditoria de Gestão, Auditoria Contábil, Auditoria de Sistema e Auditoria Especial. Seguindo essa classificação, a Auditoria Especial objetiva:

- a) Examinar os fatos e situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender determinação, exclusivamente, do Presidente do Senado Federal.
 - b) Examinar e certificar a situação de fatos relevantes por determinação do Tribunal de Contas ou do Presidente do Congresso Nacional.
 - c) Examinar a regularidade nas contas de Ministros de Estado, por determinação do Presidente da República, do Ministério Público, ou ainda dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - d) Examinar os fatos e situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender determinação do Presidente da República, de Ministros de Estado ou solicitação de outras autoridades.
 - e) Emitir opinião sobre irregularidades orçamentárias que tenham sido provocadas pelo gestor do órgão público, sob requerimento exclusivo do Ministério Público.
-